



CARAPETO, Mafalda

*A Fronteira no Aeroporto: Uma Etnografia do Estado*,  
Lisboa, Fora de Jogo, 2025, 428 pp.

ISBN 9789893661604

João Mineiro

No ano de 2019, Mafalda Carapeto propôs-se realizar uma etnografia do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Num contexto marcado por um défice de etnografias de instituições estatais, o desafio era exigente pelo tema – as políticas e práticas de controlo da mobilidade –, pelo terreno – um aeroporto sujeito a regras estritas de segurança – e pelos interlocutores – os agentes de uma instituição de natureza policial. A complexidade do projeto agravou-se por três fatores: a pandemia de Covid-19, que alterou os regimes de mobilidade; a morte de Ihor Homenyuk nas instalações do SEF, em 2020; e o debate público que esse caso desencadeou sobre a instituição e a sua extinção. Pelas circunstâncias estruturais, conjunturais e políticas, esta tinha tudo para ser uma etnografia impossível.

*A Fronteira no Aeroporto. Uma Etnografia do Estado* (2025), editado pela Fora de Jogo, resulta desse contexto exigente e de um trabalho de campo que conjuga solidez teórica, inventividade metodológica e, sobretudo, uma notável resiliência emocional. Guiada por uma curiosidade etnográfica persistente, a investigação interroga-se sobre como a fronteira se materializa no aeroporto, procurando compreender quem são os inspetores e

como operacionalizam o controlo; como se decide quem pode entrar no território, e segundo que critérios; de que modo o Estado se (re)constrói na fronteira; como se articulam as escalas nacional, europeia e global; como se relacionam as leis e as práticas quotidianas; ou como se produz o *outro* enquanto sujeito a controlar, num processo em que pessoas, documentos e tecnologias se entrecruzam. O livro narra-nos, então, os últimos dias do SEF, numa espécie de “crónica de uma morte anunciada” que, mais do que analisar a extinção daquela instituição, explora o que a observação dos seus derradeiros momentos permite compreender sobre o funcionamento da fronteira e de quem nela se encontra.

É a partir desse enquadramento que o livro demonstra que a fronteira é muito mais do que a instituição que, em cada momento histórico, a administra. A fronteira antecede, atravessa e ultrapassa os dispositivos de controlo: expressa-se nos agentes e está para lá deles; é gerida pelo Estado e por atores privados; inscreve-se nos documentos e nos corpos; materializa-se nas filas de espera de uns e na aceitação de outros; manifesta-se em terra, no ar e no mar. A fronteira emerge, assim, como uma das formas mais estruturantes

da imaginação política contemporânea, sendo o aeroporto um dos espaços fundamentais da sua (re)criação. A fronteira está no aeroporto, mas não está apenas no aeroporto. A fronteira está no meio de nós.

A compreensão dessa omnipresença vai-se desenvolvendo ao longo do livro, que se baseia num trabalho de campo realizado entre junho de 2021 e abril de 2022, acompanhando os inspetores do SEF, a forma como se relacionam e como atuam perante os viajantes. Para além da observação na *box* (o compartimento de controlo documental onde, separados por um balcão, os inspetores interagem com os viajantes), o trabalho estende-se a múltiplos espaços e escalas – da primeira à segunda linha, dos dispositivos documentais às tecnologias de controlo, das hierarquias às articulações entre atores públicos e privados – permitindo apreender a fronteira como campo relacional, a partir do qual emergem três contributos fundamentais.

O primeiro consiste na possibilidade de compreender o aeroporto para lá da fronteira e a fronteira para lá do aeroporto. Trata-se de uma etnografia da interseção entre a “lei dos estrangeiros” e a “lei do aeroporto” (p. 113): a primeira institui o aeroporto como lugar de controlo monopolizado pelo Estado; a segunda configura-o como espaço de circulação e consumo, governado por lógicas privadas. O aeroporto revela-se mercado de circulação, mas a fronteira desloca-se também para lá dele. Antes mesmo do confronto com a *box*, ela situa-se no ar, através de sistemas de

informação que produzem “identidades sem pessoas” (p. 300); move-se territorialmente, como no caso em que os inspetores deslocam a fronteira portuguesa para o território da Guiné-Bissau (p. 316); inscreve-se nos corpos, como evidenciam as práticas de *profiling* (p. 263); e manifesta-se nas representações, onde categorias legais se articulam com representações sobre nacionalidade, classe, raça, género, língua, corpo ou carácter. Do ponto de vista etnográfico, o aeroporto tanto reifica as fronteiras que o precedem, como as reconstitui relacionalmente. O aeroporto emerge, assim, como um entreposto de temporalidades, racionalidades e regimes de governamentalidade por vezes dissonantes, mas permanentemente operativos.

Um segundo contributo reside na leitura do controlo da mobilidade como encontro e ritual marcado por formas de coação e de poder, mas também por autonomia e agência. Apesar da proximidade em relação aos inspetores, a análise mostra como estes *se tornam* agentes da fronteira e como essa identidade incorpora formas de poder frequentemente discricionárias, visíveis tanto no *profiling* como em linguagens e gestos desumanizantes – por exemplo, o “quebrar dos passageiros” (p. 141) ou os “varrimentos” (p. 313). O livro evita, contudo, uma leitura estruturalista redutora que veria apenas o modo como a estrutura institucional impõe constrangimentos à agência humana. Pelo contrário, revela curiosidade sobre o trabalho e as visões dos inspetores, cujas vidas conhecemos, nas suas contingências e contradições. Há, neste

sentido, uma visão plural dos agentes do Estado, interessada em compreender quem são, como pensam, como decidem e como interpretam relacionalmente a lei. Ao mesmo tempo, o livro recusa uma visão unilateral do poder, mostrando aqueles que enfrentam a fronteira não apenas como “objetos” ou “vítimas” da lei, mas como agentes e sujeitos cujas histórias revelam estratégias de resistência e de apropriação que expõem a porosidade do regime fronteiriço (p. 185).

Um terceiro contributo prende-se com a compreensão do aeroporto como espaço onde se justapõem múltiplas fronteiras. Enquanto fronteira do capitalismo global, a etnografia evidencia classificações diferenciadas entre viajantes que, embora formalmente iguais perante a lei, são hierarquizados segundo lógicas desiguais: uns são vistos como “imigrantes”, outros como “estrangeiros permanentes” (p. 222-223); os americanos “é para passar porque não é má imigração” (p. 203), os brasileiros devem ser especialmente escrutinados, porque não se sabe “com quem se está a lidar” (p. 170); uns passam “a simplificado” (p. 14), outros veem as suas vidas investigadas até aos limites da intimidade (pp. 239-240). A plasticidade da lei é instrumental à reprodução das lógicas de colonialidade que precedem a própria noção liberal de cidadania.

Paralelamente, enquanto fronteira do próprio Estado, a etnografia evidencia formas de autorrepresentação contrastantes entre inspetores, alguns percebendo o seu papel como agentes da imposição estatal, que lhes é externa (p. 116), outros assumindo-se como a

encarnação direta da soberania. Autorrepresentações e heterorrepresentações vivem em tensão no quotidiano, com alguns agentes a considerarem-se polícias (p. 145) e outros caixas de supermercado (p. 155); uns a reconhecerem a sua função de soberania e outros a reiterarem que no aeroporto não é apenas o Estado que determina o controlo.

Por fim, o aeroporto emerge também como fronteira moral, onde a biopolítica se materializa na relação diferenciada dos inspetores com os viajantes. Estes são avaliados através de uma combinação interseccional de critérios de classe, nacionalidade, género, raça, corpo, capital linguístico e carácter, produzindo distintas geografias de “risco” e de “merecimento”. É em torno dessas *geografias morais* que se fala em “voos limpos” (p. 116), por contraposição ao que seriam voos sujos; em “viajantes de confiança” (p. 119), face a viajantes de risco; em quem está “de boa-fé” (p. 275) ou de má-fé; em quem “merece” ou “não merece” entrar (p. 279). Através do *profiling*, define-se o *outro* como sujeito a controlar (p. 259), mobilizando-se critérios económicos, culturais, sociais e morais que ultrapassam o próprio enquadramento legal.

Para além dos contributos substantivos, *A Fronteira no Aeroporto* constitui também um exemplo de escrita etnográfica capaz de equilibrar o registo do quotidiano, através da observação das pessoas e das suas relações, com a análise dos documentos enquanto tecnologias biopolíticas que transformam viajantes em sujeitos (p. 178), e das articulações entre paradigmas humanos e biométricos (pp. 326-327).

A autora mergulha neste universo burocrático sem reproduzir a linguagem do próprio Estado, mantendo as pessoas no centro da narrativa. É nesse gesto que, ao humanizar a fronteira, revela a sua natureza construída e, por isso, mutável.

Esta etnografia contribui, ainda, para a consolidação do campo das etnografias do Estado e da governamentalidade, abrindo pistas para investigações futuras que procurem, por exemplo, aprofundar os processos de formação dos inspetores antes do seu ingresso nas instituições; acompanhar longitudinalmente as suas trajetórias, explorando os efeitos da instituição nas suas subjetividades; explorar outros dispositivos de governamentalidade aeroportuária para lá do Estado; ou comparar etnograficamente os dois lados da *box*, confrontando as experiências e os discursos de quem se encontra na linha da fronteira.

Não temos dúvidas de que, depois de lida esta etnografia, nunca mais se regressa ao aeroporto da mesma forma. Mafalda Carapeto foi uma etnógrafa num terreno difícil, num momento

complexo e numa instituição confrontada com uma morte trágica, tendo a sua presença gerado desconfiança. O livro revela, porém, uma ouvinte atenta, que se deixou afetar pelo que observou e que devolve a quem lê – e aos próprios profissionais – aquilo que aprendeu com rigor e sensibilidade. Neste percurso etnográfico terão existido muitas razões para desistir, mas ainda bem que tal não aconteceu e que a autora ofereceu à sociedade portuguesa um livro fundamental para compreender o tempo contemporâneo, naquilo que tem de estrutural e persistente, mas também de instável e contingente, e por isso aberto à ação humana.

---

MINEIRO, J. (2026), *Recensão “A Fronteira no Aeroporto: Uma Etnografia do Estado*, Lisboa, *Fora de Jogo*”. *Análise Social*, 258, LXI (1.º), e45782. DOI: <https://doi.org/10.31447/45782>.

---

João Mineiro » [joao.mineiro@iscte-iul.pt](mailto:joao.mineiro@iscte-iul.pt) » CRIA ISCTE / IN2PAST » Iscte Conhecimento e Inovação, Edifício 4, Sala B1.130, Av. Forças Armadas, 40 — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0003-0258-9384>.

---